

**A CONTEMPORANEIDADE DO PENSAMENTO DE DUROSELLE  
SOBRE A DECISÃO EM POLÍTICA EXTERNA  
DUROSELLE'S CONTEMPORARY IDEAS ABOUT THE DECISION IN  
FOREIGN POLICY**

Silvana Schimanski\*

**RESUMO**

Este artigo defende a contemporaneidade do pensamento do historiador Jean-Baptiste Duroselle sobre a aplicação da racionalidade nas decisões em política externa. Como um estudioso à frente do seu tempo, enquanto as principais correntes teóricas apostavam na possibilidade da aplicação da objetividade racional para as decisões, Duroselle não acreditava ser possível. Tal discussão é reinserida na agenda teórica das Relações Internacionais recentemente, com as teorias consideradas pós-positivistas. O estudo de natureza qualitativa, baseado em fontes bibliográficas e com finalidade analítica é dividido em duas partes. Na primeira parte apresenta e discute o conceito de política externa bem como seus objetivos. Na segunda, discorre sobre as premissas de Duroselle sobre tomada de decisão em política externa.

**Palavras-chave:** Política Externa. Decisão. Racionalidade.

**ABSTRACT**

This article defends the contemporary ideas presented by the Historian Professor Jean-Baptiste Duroselle, about the application of the rationality in foreign policy decisions. As a researcher ahead of his time, while the mainstream theorists defended the application of the rational objectivity to questions involving foreign policy, he did not believe that this approach could be possible. This discussion was reinserted on the theoretical agenda of International Relations only recently, with the post-positivist approach. The article holds qualitative nature, based on bibliographical sources and with analytical purposes. It's divided in two parts: the first one presents and discusses the concept of Foreign Policy and its objectives. The second addresses Duroselle's assumptions about foreign policy decisions.

**Keywords:** Foreign policy. Decision. Rationality.

**INTRODUÇÃO**

---

\* Graduada em Administração com Habilitação em Comércio Exterior, pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí-SC. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre-RS. Doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UNB), Brasília-DF. Bolsista do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). silschimanski@unb.br.

As Relações Internacionais são muito antigas como fenômeno e muito recentes como ciência e tem bebido de diversas fontes desde a Política, História, Diplomacia, Direito Internacional, Economia, (entre outras), na tentativa de se estabelecer como um ramo científico autônomo.

A concepção da ciência moderna exige que os fenômenos ou elementos sejam observados e testados por métodos racionais, a fim de que se estabeleçam leis gerais e paradigmas, a exemplo do que ocorre em áreas como as ciências naturais. Nas ciências sociais no geral, e em Relações Internacionais em particular, esse esforço também ocorreu. Augusto Comte identificou a sociedade como um fenômeno que poderia ser estudado cientificamente e explicado racionalmente, assim como a física ou a biologia.

Como a história e as concepções teóricas andam de braços dados<sup>1</sup>, no momento em que se consolida a hegemonia americana no cenário internacional, também é possível falar na consolidação de um debate entre Teorias das Relações Internacionais positivistas, isto é, que consideram a aplicação de métodos racionais para explicação de todos os seus fenômenos. Sua proposta metodológica que primava pelo rigor científico, buscava desenvolver generalizações em forma de leis gerais, preocupava-se com a identificação de fatos observáveis, mensuração de categorias, visando explicação e previsibilidade.

Entre os anos 1950 e 1960 acadêmicos de Relações Internacionais – especialmente norte-americanos – começaram a aplicar métodos científicos sociais ou positivistas às Relações Internacionais, o que motivou uma reação por parte dos defensores da abordagem tradicional ou clássica, que possuía confiança explícita no discernimento e no julgamento.

Jean-Baptiste Duroselle<sup>2</sup> cunhou a expressão “matematicismo” para esse esforço, que ele considerou uma extravagância de certos meios intelectuais do final do século XX, em querer tratar tudo como se a matemática representasse a perfeição por excelência do espírito humano e estivesse destinada a se apoderar do resto.

---

<sup>1</sup> Entretanto, ressalta SARAIVA (2009, p.11), que embora caminhem lado a lado, não significa necessariamente que trabalhem de forma cooperativa para construir a identidade epistemológica das Relações Internacionais.

<sup>2</sup> DUROSELLE, 2000, p.36.

Considera-se tal posição uma abordagem contemporânea, cujas origens já haviam sido apresentadas e discutidas pelo autor nos anos 1960 e atualmente se aproxima das correntes pós-positivistas, que chegam ao campo teórico das Relações Internacionais entre os anos 1980 e 1990. Tais concepções contestam as bases epistemológicas, metodológicas e teóricas dos discursos<sup>3</sup>.

O que se apresenta no contexto atual é que moldes únicos não servem para explicar situações tão variadas e as idéias de Duroselle sobre o processo decisório em política externa podem ser consideradas contemporâneas, pois além de considerar a relevância da atuação dos *lobbies*, movimentos sociais, etc. também defende que, em última instância, o decisor é um indivíduo que tomará a decisão com base em elementos nem sempre passíveis de mensuração.

Na primeira parte do trabalho será apresentado o conceito de política externa bem como a definição de seus interesses. Na sequência, discorre-se sobre as premissas de Duroselle com relação à tomada de decisão.

## **1 POLÍTICA EXTERNA**

As Relações Internacionais são a área por excelência, que representa os jogos de interesses dos Estados<sup>4</sup> no plano internacional, como sobrevivência e satisfação dos seus membros. Amado Cervo<sup>5</sup> ensina que as relações internacionais compreendem três categorias de agentes: a diplomacia, o governo com sua política e a sociedade com suas forças<sup>6</sup>.

A política exterior refere-se à condução das relações do Estado com os seus pares e sua projeção internacional. Isto é, refere-se à formulação, implementação e avaliação das opções externas, desde o seu interior. Manfred Wilhelmy<sup>7</sup> conceitua política externa como o conjunto de atividades políticas, mediante as quais cada Estado promove os seus interesses perante os outros

---

<sup>3</sup> Diversos autores apresentam suas análises em SARAIVA (2009). Ver também CERVO (2008).

<sup>4</sup> RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p.05.

<sup>5</sup> CERVO, 2008, p.11.

<sup>6</sup> Tais forças foram denominadas por RENOUVIN (1967), de "Forças Profundas": fatores como geografia, densidade demográfica, a cultura, a opinião pública e o sentimento nacional, que relacionam-se com a política exterior. Cervo (2008) menciona forças sociais que espelham o grau de desenvolvimento econômico, como a apropriação do conhecimento científico, a inovação tecnológica, a organização empresarial e a concentração de capital.

<sup>7</sup> WILHELMY. 1988, p. 148

Estados. No plano das Relações Internacionais, há a aceitação que os Estados são os atores legítimos na promoção dos interesses dos cidadãos, das empresas e de outros atores que estejam dentro do seu território. Deste fato, pode-se verificar que o Estado é responsável por apurar quais são tais interesses.

James Rosenau<sup>8</sup> explica que o conceito de interesse nacional é usado tanto na análise política quanto na ação política. Como um instrumental analítico, é empregado para descrever, explicar ou avaliar as fontes ou a adequação da política exterior de uma nação. Como um instrumento de ação política, serve como um meio de justificar ou propor políticas. Em ambos os usos, em outras palavras, refere-se ao que é melhor para a sociedade nacional.

Henrique Altemani de Oliveira<sup>9</sup> aponta que há um padrão de relacionamentos entre os Estados no sistema internacional, com bases no poder: os Estados que detém maior poder apresentam tendência de definição da ordem internacional em função da necessidade de manutenção da estabilidade mundial, mas também de promoção prioritária de seus interesses. Assim, é possível presumir que além dos interesses do Estado, uma variável importante seja a capacidade que cada Estado detém de convencer os outros a aceitar suas posições (imposição de seus interesses). Isso leva a crer que há um constante processo negociador que permite a atuação de diversos Estados, buscando a promoção dos seus interesses.

Considerando que nas relações entre os Estados, há a existência de fatores permanentes como é o caso da localização geográfica, pode levar a reflexão de que a política externa represente os interesses nacionais ou os interesses permanentes, constituindo-se, portanto, numa política de Estado. Desta forma, a política externa, refere-se à ação do Estado no meio internacional (bem como seus elementos de conflito e condicionantes dessa ação). Mas mesmo que o Estado seja o ator preponderante na integração do sistema internacional estudado pelas Relações Internacionais, não se pode desconsiderar o papel da sociedade civil, representada por empresas, associações, classes.

Nesse contexto, a política externa pode ser considerada como um processo dinâmico em constante reavaliação, já que pretende compatibilizar interesses e prioridades, da realidade doméstica e externa. É a área que representa

---

<sup>8</sup> ROSENAU, 1980, p.283.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, 2005.

os interesses e objetivos do Estado no plano internacional e sua definição e implementação são suas prerrogativas<sup>10</sup>.

A política exterior será a base para a ação diplomática que “[...] dela tira orientação para estabelecer a equalização entre os povos, útil à vida internacional”<sup>11</sup>, já que a “diplomacia sem política não passa de conduta vazia, movimento sem rumo, ação externa sem estratégia de realização de interesses nacionais e mesmo coletivos”<sup>12</sup>. A formação da política externa requer um esforço para a determinação de interesses convergentes e / ou divergentes nas forças sociais.

Para Jean Baptiste Duroselle<sup>13</sup> a decisão em política exterior está relacionada com o grau de organização dessas forças sociais e com sua capacidade de influência sobre os dirigentes. Nas palavras de Duroselle<sup>14</sup>:

Vemos viver em torno de nós sociedades humanas infinitamente complexas e diversificadas, divididas não só em ‘classes’, mas também em ‘grupos de interesses’. E constatamos, sem cessar, que as aspirações de tais classes e de tais grupos são com freqüência contraditórias. [...] os responsáveis devem fazer seleções dos possíveis objetivos de sua política exterior. Consciente ou inconscientemente, o resultado de suas seleções é que eles chamarão de interesse nacional.

Para o autor, a decisão também depende da psicologia, do caráter e do temperamento do homem de Estado. Esta visão é corroborada por autores como Henrique Altemani de Oliveira<sup>15</sup> e Amado Cervo<sup>16</sup>.

Quando este autor considera a possibilidade de inconscientemente fazer seleções, ele nega a possibilidade da escolha racional e é essa a questão

<sup>10</sup> OLIVEIRA, 2005, p. 03.

<sup>11</sup> CERVO, 2008, p. 10.

<sup>12</sup> CERVO, 2008, p. 09.

<sup>13</sup> DUROSELLE, (1967) ; (2000).

<sup>14</sup> DUROSELLE, 1967, p. 333-334.

<sup>15</sup> “Mas quanto aos governos, ressalva-se o surgimento de mudanças de estilo ligadas à personalidade e ao perfil individual dos atores”(OLIVEIRA, 2005, p. 12).

<sup>16</sup> “No Brasil, entre outras manifestações do pensamento crítico, duas alçaram mais sua voz. Dentro do Itamaraty, o modelo normal de inserção internacional implementado pelo governo Cardoso não recolhia unanimidade do pensamento diplomático. Alguns expoentes Embaixadores do quadro [...] lançavam dúvidas acerca do acerto das decisões na área de política externa. Enquanto dirigiu o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Itamaraty, Pinheiro Guimarães promoveu inúmeros encontros, reunindo estudiosos e empresários e lançou séries de livros que evidenciaram a crítica ao paradigma que impregnava o processo decisório em relações internacionais”. (CERVO, 2008, p. 84).

central na elaboração desse trabalho. O indivíduo que toma as decisões, segundo Duroselle<sup>17</sup>, sofre a ação de múltiplas pressões:

- Pressão Direta: que consiste em diligências concretas; históricas; de representantes dos grupos de pressão.
- Pressão Indireta: diversos grupos ou mesmo a opinião pública no seu conjunto, agem de forma a obrigar o responsável político a tomar certas decisões.
- O ambiente: isto é, a “conjuntura econômica” e o “estado dos espíritos”, não como existem objetivamente, mas como o homem de Estado os aprecia, subjetivamente.
- Por fim, a pressão social, isto é, todo o conjunto constituído pela educação, pelo meio social e geográfico, pelos preconceitos de classe, que agem tanto sobre os homens de Estado quanto sobre os outros homens, sem que disso eles se dêem conta, sempre.

Mesmo afirmando que o processo decisório dos governos equivale a um cálculo estratégico de meios, fins e riscos, em que se digerem os componentes dos três níveis da realidade: forças sociais que fornecem meios de ação, objetivos externos que correspondem a interesses a realizar e conduta diplomática coerente com os dois anteriores, tais escolhas nem sempre são racionais na concepção corrente do termo, uma vez que, em última análise, o decisor é um indivíduo tal fato suscita diversos elementos sobre como se tomam as decisões em política externa.

## **2 AS DECISÕES EM POLITICA EXTERNA**

As decisão em política externa é importante uma vez que é ela que, nas palavras de Duroselle<sup>18</sup>, “lhe justifica as funções e lhe realiza as ambições”. O autor afirma que o estudo das decisões para o historiador reveste caráter primordial, sendo que, na primeira fase, busca o conhecimento dos fatos, identificação das decisões que foram tomadas, quem as tomou e em que circunstâncias. E numa segunda fase, é preciso explicar a decisão ou a seqüência de decisões, o que é um desafio.

Russell<sup>19</sup>, para compreender a tomada de decisão em política externa, estabelece uma distinção analítica entre estrutura e processo. Para o autor, a estrutura está integrada por um ou vários atores governamentais domésticos que tem a capacidade de comprometer os recursos de uma sociedade e de evitar que a

---

<sup>17</sup> DUROSELLE, 1967 p. 377

<sup>18</sup> DUROSELLE, 1967, p. 435.

<sup>19</sup> RUSSELL, 1990, p. 256.

decisão adotada possa ser facilmente revertida. Já o processo de tomada de decisões vincula-se à dinâmica decisória, na qual participam atores governamentais e não governamentais do país e do exterior, numa seqüência temporal que inicia a partir do momento em que uma conjunção de estímulos requer a tomada de uma decisão, até que ela seja efetivamente adotada. A estrutura decisória (atores governamentais domésticos) opera em cada caso como última unidade de decisão.

Amado Cervo<sup>20</sup> defende a participação da sociedade no processo decisório de política externa e em suas palavras:

Quando a opinião pública, os estadistas ou os intelectuais concebem o destino da nação, seu projeto e seu papel sobre a arena internacional estão fixando pressupostos da política exterior [...] e na ausência de tais pressupostos, o que ocorre, por vezes, o processo decisório em política exterior subordina-se a valores, interesses e regras desejados por outros, que não os cidadãos de um determinado país.

Ainda que tenha sido um ponto de reflexão e preocupação, a abordagem teórica sobre processo decisório somente começa a se desenvolver a partir dos anos 1950, em conjunto com o desenvolvimento das perspectivas científicas<sup>21</sup>.

Na perspectiva das correntes teóricas tradicionais<sup>22</sup>, o Estado não só era considerado o principal ator das relações internacionais, como se presumia que os governos que atuassem internacionalmente em nome do Estado poderiam ser considerados como atores monolíticos, unitários, sem a consideração das origens dos interesses no plano doméstico.

Com o desenvolvimento do estudo das teorias de decisão<sup>23</sup>, produziu-se uma mudança fundamental pelo fato de a atenção não se dirigir aos

---

<sup>20</sup> CERVO, 2008, p.11.

<sup>21</sup> Buscar CLARKE, M. WHITE, B. *Understanding foreign policy: the foreign policy systems approach*. Aldershot: Edward Elgar, 1989.

<sup>22</sup> Alexander Wendt, por exemplo, em sua obra *Social Theory of International Relations* critica: “*but they share the view that neorealism and neoliberalism are ‘undersocialized’ in the sense that they pay insufficient attention to the ways in which the actors in world politics are socially constructed*”. (WENDT, 1999, p.4)

<sup>23</sup> SNYDER é um dos precursores das teorias do processo decisório. Duroselle (1967) chama Richard Snyder de metodologista. Um trabalho bastante relevante na área foi: SNYDER, R. BRUCK, H.W. SAPIN, B. *Foreign policy decision making: an approach to the study of international politics*. New York: Free Press, 1962. Constitui um desafio aos modelos tradicionais, da mesma forma que a primeira tentativa de aplicar o rigor metodológico das ciências behavioristas. Para esses autores, na análise do processo decisório, o objeto de estudo deixa de ser o Estado, enquanto entidade abstrata, passando para a avaliação dos grupos ou seres humanos que tomam as decisões em nome do

Estados, enquanto abstrações, ou a governos como blocos monolíticos e unidos ante o exterior, mas aos atores decisores de política externa, enquanto seres humanos submetidos a diversas pressões e influências.

Em uma tentativa de identificar as características gerais das análises de tomada de decisão, Celestino del Arenal<sup>24</sup> resume:

1. Trata-se de explicar o comportamento externo do Estado desde a perspectiva analítica do Estado, até a do Sistema Internacional.
2. Estimam que os órgãos decisórios, isto é, indivíduos que tem essa responsabilidade atuam no marco de um meio que inclui tanto o próprio sistema político nacional como o próprio sistema internacional.
3. A percepção desempenha um papel importante em uma grande parte das teorias. A decisão não aparece somente como o resultado quase mecânico de vários fatores externos ao que a toma, senão também como o resultado de uma percepção da realidade. É a realidade tal como é percebida, e não tal como é, a que determina a decisão.
4. Em quarto lugar, em geral, tende-se a considerar o processo de tomada de decisões como um processo racional, se bem que não cabe uma generalização estrita desse ponto.

E é nesse último aspecto que é possível considerar Duroselle como homem à frente do seu tempo no estudo das Relações Internacionais. Isso porque o questionamento da racionalidade chegará ao campo teórico da disciplina somente entre os anos 1980-1990, com a Teoria Crítica e o Construtivismo.

O modelo da escolha racional é considerado um clássico da tomada de decisões. Nele, o Estado é visto como um ator unitário, ou seja, não são considerados os conflitos de interesses domésticos e as relações internacionais servem como de contexto para a análise. Segundo esse modelo, o decisor realiza suas escolhas e toma decisões baseadas em objetivos, *rankings* de preferência,

---

Estado. Embora reconheça a existência de elementos irracionais, centram atenção nos fatores racionais, isto é, a explicação para uma decisão estatal repousa na identificação do objetivo que o Estado estava perseguindo por meio de sua ação. Esse trabalho não chegou a propor uma teoria específica sobre tomada de decisões. Já Alisson (ALISSON, G. *Essence of decision: explaining the Cuban missile crisis*. Boston: Little Brown, 1971.) por exemplo, avança na discussão sobre a tomada de decisões, oferecendo três formas de explicação de um episódio em política externa – a crise cubana dos mísseis. O modelo clássico, baseado no comportamento de um ator racional e unitário. O modelo calcado na análise do processo organizacional, que define a política exterior como consequência do resultado da interação entre diversas organizações governamentais coordenadas por seus líderes. O modelo da política burocrática, proveniente do segundo, mas, ao contrário da presunção de que os líderes do governo controlem as decisões entre as diferentes agências governamentais, supõe que as decisões de política sejam o resultado de uma intensa concorrência entre elas.

<sup>24</sup> ARENAL, 1990, p. 251.

consideração das múltiplas opções e suas consequências e escolha da opção que garanta maximização de ganhos.

Para os críticos<sup>25</sup>, a racionalidade como critério único e absoluto para a explicação e validação do conhecimento humano possibilitava uma forma de dominação. Nessa fase, a objetividade racional passou a ser questionada<sup>26</sup> uma vez que para agir racionalmente, segundo os pressupostos apresentados por Jon Elster<sup>27</sup>, o indivíduo deve conhecer todos os elementos conscientes e inconscientes que formam suas concepções. Estas estão ligadas à própria escala de valores e todas as suas decisões estarão relacionadas à sua personalidade consciente e mesmo inconsciente. Além disso, também deve conhecer todos os elementos conscientes e inconscientes das pessoas que interagem com ele no processo decisório. Ou seja, afirmam que é impossível a qualquer indivíduo agir o tempo todo racionalmente.

Duroselle denomina a discussão como “o problema da racionalidade das decisões”. Defende que, em última instância, os tomadores de decisão são pessoas comuns, com desejos e crenças e ambas afetarão o seu comportamento:

Em teoria, pode-se dizer que uma decisão é racional, quando tem todas as chances de atingir o resultado almejado. Mas, para isso, é preciso antes e acima de tudo, ter uma aprofundada consciência da situação e fazer da mesma uma apreciação exata. Primordial, portanto, a necessidade de informação<sup>28</sup>.

Na sua visão autor, os erros de informação ou mesmo a forma como esta é processada pelo indivíduo decisor, podem conduzir a péssimas decisões. Isso pode acontecer, por exemplo, quando ocorre otimismo demasiado sobre as próprias forças e subestimam-se as do adversário; mas a vontade do adversário também é apontada como elemento importante, uma vez que traz à tona a importância dos seus desejos reais<sup>29</sup>, que nem sempre são colocados à mesa de negociações.

---

<sup>25</sup> Robert Cox expressou essa visão em uma afirmativa bastante citada: “A teoria é sempre para alguém e para algum propósito”.

<sup>26</sup> “[...] *positivistic social scientists have sometimes erred in assuming that social reality can be explained in rational terms because humans always act rationally. I’m sure your own experience offers evidence to the contrary. [...] The contemporary challenge to positivism, however, goes beyond the question of whether people behave rationally. In part, the criticism of positivism challenges the idea that scientists can be as objective as the positivistic ideals assumes.[...] To begin, all our experiences are inescapably subjective[...]*”. (BABBIE, 2001, p. 49-50)

<sup>27</sup> ELSTER, 2007, p. 70-88.

<sup>28</sup> DUROSELLE, 1967, p.448.

<sup>29</sup> Na visão de Elster (2007), tanto conscientes quanto inconscientes.

E a dificuldade para a reunião das informações precisas dentro dos critérios de racionalidade, é fruto da multiplicidade de fatores que envolvem uma informação. Argumenta Duroselle<sup>30</sup> que “a idéia de que se poderia conhecê-los todos, e de confiar à máquina eletrônica o cuidado de calcular-lhes o resultado é absurda: supõe a negação absoluta do ‘espírito sutil’, em favor do ‘espírito geométrico’”.

O autor ainda enfatiza que mesmo o que ele chama de espírito geométrico pode falhar, pois parte do pressuposto de que todos os fatores podem ser conhecidos. E sobre essa questão, o autor é enfático:

Na realidade [...] uma decisão perfeitamente racional, a ser tomada ‘com todo o conhecimento de causa’, representa quase que uma impossibilidade, na maioria dos casos. E isso por duas razões que o historiador, em suas pesquisas, observa quase constantemente. Uma é que, mesmo quando a informação de que o autor da decisão dispõe seja exata – coisa difícil – nunca ela é completa. A segunda é o fator tempo: com exceção das decisões “criadoras”, que podem ser longa e maduramente elaboradas, em geral não se tem tempo para coletar a informação necessária, e é-se obrigado a decidir com base em dados insuficientes<sup>31</sup>.

Como se não bastasse a dificuldade de trabalhar as incertezas sobre o conhecimento e sobre o comportamento humano, o autor também destaca o elemento tempo nas decisões. E traz à baila um problema presente na maioria dos processos negociadores, pois há inúmeros casos em que a decisão deve ser tomada em prazo muito curto, o que não dá ao decisor a possibilidade de levantar todas as nuances envolvidas.

Nesse sentido, Duroselle tece uma crítica a uma prática comum em diversas arenas:

[...] essencialmente nos Estados Unidos, procuram-se racionalizar, dentro de uma certa medida, as decisões que, por falta de tempo, ou porque subsiste o desconhecido, são irracionais. O método consiste em adaptar às relações internacionais a “teoria dos jogos”, que é uma aplicação da matemática. Trata-se de saber, entre todas as soluções possíveis, qual a que pode produzir os mais apreciáveis resultados com o mínimo de probabilidades de fracasso<sup>32</sup>.

O autor enfatiza que há consideráveis diferenças entre os jogos e as decisões a serem tomadas na vida real: desde o limitado número de peças de um

---

<sup>30</sup> DUROSELLE, 1967, p. 449.

<sup>31</sup> DUROSELLE, 1967, p. 449.

<sup>32</sup> DUROSELLE, 1967, p. 450.

tabuleiro de xadrez, de cartas, até a possibilidade de interrupção do jogador. Além disso, o peso psicológico é bem diferente considerando que o jogador sabe que joga, enquanto o homem de Estado responsável, é obrigado a pensar que toda decisão acarreta consequências e dispara processos que ele não poderá fazer parar.

O homem é relativamente livre para tomar decisões, mas entre as opções que lhe forem apresentadas. O autor<sup>33</sup> ensina que o decisor fará as suas escolhas com base nas opções que dispuser, ou seja, existem limites para a sua liberdade de decisão. Embora existam muitas semelhanças entre as decisões de caráter doméstico e internacional, quando o indivíduo decide algo que tenha impacto no nível externo, “entregar-se-á ao domínio das conseqüências incalculáveis”. Tal expressão denota a profundidade da percepção de que conhecer e obter informações sobre todas elas, de fato, é muito improvável.

Assim, quando Duroselle<sup>34</sup> aborda os desafios que se apresentam ao historiador que estuda a decisão de um homem de Estado, enfatiza três aspectos. O primeiro é o problema sobre o centro da decisão, ou seja, quem tomou determinada decisão. Esse elemento é quase sempre obscuro, uma vez que a autoridade pode delegar seus poderes de política exterior aos subordinados, o que dificulta a análise<sup>35</sup>. Isso porque a vontade de um homem ou de um grupo de homens traz o elemento essencial da explicação. Ainda, complementa<sup>36</sup>:

Algumas vezes se quis comparar esse controle com a “teoria dos sistemas”, totalmente precisa em física, admissível em biologia, porém, das mais confusas nas ciências humanas. Existe uma diferença essencial entre um organismo biológico como o corpo humano e um organismo ou sistema social como a Nação Estado. Basta imaginar o que seria um corpo humano onde todas as células fossem conscientes, pensassem e agissem.

---

<sup>33</sup> DUROSELLE, 1967, p. 436.

<sup>34</sup> DUROSELLE, 1967, p. 436-447.

<sup>35</sup> Em sua obra mais recente, afirma: “Mas o chefe (o que decide) não está sozinho. Ele está cercado de diversos conselheiros, a que chamaremos de “peritos escolhidos”. “Peritos” porque tem opiniões justificadas (por exemplo, sobre o próprio problema ou sobre as reações que provocaria uma ou outra solução na opinião pública ou no Parlamento). “Escolhidos” porque eles o foram efetivamente, segundo dois tipos de processos: nomeação para uma alta função, que lhes dá o direito de ser consultados, ou de impor a consulta (por exemplo, os chefes do Estado Maior das três armas, se a decisão implica risco de guerra), ou a escolha da confiança do chefe (o que decide). Chamamos de “equipe decisória” ao conjunto dos que decidem e aos peritos escolhidos. Ela equivale ao que nós chamamos [...] de um “grupo real”. A equipe pode ser mais ou menos flutuante.” (DUROSELLE, 2000, p. 227).

<sup>36</sup> DUROSELLE, 2000, p. 232.

Um segundo ponto destacado é que, mesmo quando é possível identificar quem tomou a decisão, o problema é o da explicação: a decisão não se explica somente por causas (pressões), mas também por fins (inspirações):

[...] em política externa, o chefe (o que decide) pode se propor simultânea ou alternativamente objetivos de poder, de riqueza, de prestígio e de conquista ideológica. Nessas condições parece, no ponto em que nos encontramos, que toda formulação matemática, mesmo aproximativa é pelo menos prematura: pois, como encontrar uma unidade, que poderia se relacionar com elementos tão diferentes, em que alguns – o prestígio, a ideologia – não parecem quantificáveis? E como falar de uma escolha racional entre elas?

E nesse aspecto, se fosse possível admitir que a escolha em política externa visasse apenas a maximização dos recursos, as fórmulas matemáticas até que seriam aplicáveis. Mas não há como determinar objetivamente elementos subjetivos como poder, ideologia, prestígio, etc.

O terceiro aspecto está relacionado aos riscos envolvidos nas decisões ou às conseqüências incalculáveis já mencionadas. Toda decisão implica riscos após decisões em política exterior, tanto de ordem interna (enfraquecimento de governo, desmantelamento de gabinetes, demissões), quanto de ordem exterior (como as represálias, desconsideração moral, violação de tratados, guerras, ruínas e desastres financeiros).

Nesse sentido a estratégia consiste em determinar quais os riscos a serem corridos, para a realização da jogada, a tática é uma adaptação dos fins aos meios. Essa adaptação requer uma decisão.

Ao fim, Duroselle<sup>37</sup> ensina:

Na decisão de política exterior, o historiador constata, experimentalmente, que o qualitativo submerge o quantitativo. A noção de racionalidade de uma decisão permanece, portanto, aí, inteiramente relativa. Com efeito, a melhor decisão não é, necessariamente, aquela em que a gente procurou ser racional. O essencial é ter bom êxito. Ora, pode-se ter bom êxito por sorte, por acaso, em conseqüência da intervenção de um elemento que não tenha sido previsto (por exemplo, um erro do adversário). Pode-se concluir, portanto, que a atitude racional consiste em ter, tanto quanto possível, ‘todas as cartas sobre a mesa’. Mas que, em última instância, no momento de decidir, é preciso, às vezes, ousar, arriscar, “tentar a própria chance”.

---

<sup>37</sup> DUROSELLE, 1967, p. 453.

Ao tentar responder a pergunta sobre se a decisão em política externa deve ser racional, o autor<sup>38</sup> argumenta que a racionalidade é tão complexa que é até difícil saber exatamente o seu significado. Portanto, basta que a decisão de política externa seja “boa”, isto é, que gere resultados produtivos e duradouros.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que as tendências teóricas tem forte relação com o tempo histórico em que foram produzidas, é possível afirmar que Duroselle foi homem à frente de seu tempo na análise sobre a aplicação da racionalidade às decisões em política externa.

Suas idéias se inseriram no debate entre os clássicos (tradicionalistas) e o grupo acadêmico que defendia a aplicação de métodos científicos para a explicação de fenômenos e a criação de modelos com capacidade preditiva. Duroselle não concordava ser possível a qualquer método, capturar a percepção que cada indivíduo tem de elementos subjetivos que acabam impactando nas suas decisões.

Todavia, ao longo das décadas a clara divergência de posições teóricas foi substituída por elementos de convergência. Isso ocorreu, quando tardiamente chegaram ao campo das Relações Internacionais, perspectivas teóricas adotadas em outras ciências sociais, como o construtivismo e as demais correntes denominadas pós-positivistas.

A divergência de suas idéias com as do *mainstream*<sup>39</sup>, que propunham a criação das teorias gerais, racionais e centradas na ação unitária do Estado, foi sendo substituída por teorias que consideram a possibilidade da participação de outros atores nas decisões do Estado e isso também permitiu que a ênfase fosse dada ao indivíduo nesse processo.

Nesse contexto, converge a posição de Duroselle com a dos autores das ciências sociais citados, que o indivíduo, seja ele um decisor ou uma pessoa comum nas suas atividades cotidianas, é um elemento “incapturável” por modelos e por métodos que tentam dar explicações racionais para suas ações. Como a História e a Teoria caminham juntas, sem necessariamente convergir, o atual momento

---

<sup>38</sup> DUROSELLE, 2000, p. 224.

<sup>39</sup> Termo em inglês que designa o gosto da maioria ou “ corrente principal”.

histórico, parece ter dado razão para as idéias levantadas por Duroselle há algumas décadas.

## **REFERÊNCIAS**

ARENAL, Celestino del. **Introducción a las relaciones internacionales**. Madrid: Tecnos, 1990.

BABBIE, Earl. **The practice of Social Research**. 9. Ed. Belmont: Wadsworth/Thomson Learning, 2001.

CERVO, Luiz Amado. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo:Saraiva, 2008.

\_\_\_\_\_. BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**. Brasília:Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

COX, Robert W . **Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory**. IN: COX, R.W; SINCLAIR; T. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ELSTER, Jon. **Explaining Social Behavior: more nuts and bolts for the Social Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**.São Paulo, Saraiva, 2005.

RENOUVIN, Pierre. DUROSELLE, Jean. Baptiste. **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo:Difel, 1967.

ROSENAU, James N. **The scientific study of foreign policy**. New York, Nichols Publishing Company, 1980.

RUSSELL, Roberto. **Política exterior y toma de decisiones en America Latina**. Buenos Aires: GEL, 1990.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Ed). **Foreign Policy and Political Regime**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003.

\_\_\_\_\_ **Concepts, Histories and Theories of International Relations for the 21st Century: Regional and National Approaches**. Fortaleza/Brasília: Premius e Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2009.

WHILHELMY, Manfred. **Politica Internacional: enfoques y realidades**. Buenos Aires: GEL, 1988.

